

"A terra é dos moçambicanos, não é da França"

'The land belongs to Mozambicans, not to France'

CONTINUA O PROTESTO de duas semanas contra a TotalEnergies e o seu projecto de gás Projecto de GNL de Moçambique e VIOLAÇÕES AO REASSENTAMENTO

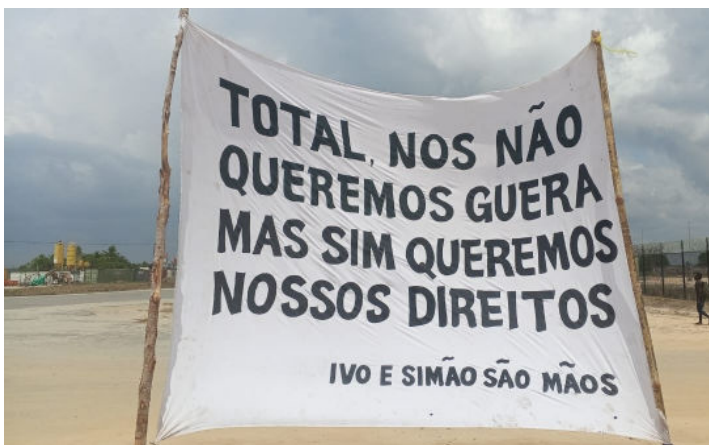
Comunidades de Afungi, Distrito de Palma, Cabo Delgado, Moçambique

15 de novembro de 2024

Justiça Ambiental, Moçambique

Manifestações fecham os portões das instalações da TotalEnergies Afungi

Esta manhã, membros das comunidades de Macala e Mangala, reuniram-se novamente desde o início da manhã para continuar a sua manifestação de duas semanas contra as violações dos seus direitos à terra pelo projeCto de gás Mozambique LNG, operado pela TotalEnergies. A manifestação de ontem contou com a presença de pelo menos 400 pessoas. Esta manhã, o número de manifestantes já é elevado e continua a aumentar. Após as tentativas de ontem dos governos distrital e provincial para os convencer a abandonar a zona, a situação está a agravar-se. Esta manhã, famílias de uma terceira comunidade, a Aldeia de Reassentamento de Quitunda, estão a engrossar as fileiras.



“tal como estamos a parar a produção de alimentos, a empresa também deve parar as suas actividades”

“just as we are stopping food production, the company should stop their activities as well”

Num contexto de greves nacionais e manifestações com o objectivo de exigir justiça eleitoral, o povo moçambicano aproveita este momento para manifestar o seu descontentamento face à injustiça social a que está sujeito. Um povo visivelmente cansado e revoltado sai à rua para manifestar a sua indignação perante um sistema de saúde precário, uma educação de má ou inexistente qualidade, um sistema de transportes deficiente, o aumento da criminalidade, a falta de acesso ao emprego para jovens e adultos, e para que se busquem medidas que acabem com a fome que paira sobre as famílias moçambicanas, numa altura em que - durante 20 anos - os projectos de exploração dos recursos naturais foram a promessa de um Moçambique melhor para todos os moçambicanos.

O cenário em Afungi hoje: os manifestantes dividiram-se em quatro grupos e obstruíram a circulação em quatro dos portões de acesso às instalações da TotalEnergies Afungi.

O processo de reassentamento em Afungi está em curso desde 2019, com o plano inicial de reassentar 556 famílias e, desde então, muitas mais famílias foram reassentadas, mas poucas destas famílias receberam terras de substituição para machambas que possam utilizar. Além disso, há aqueles que cederam as suas terras para machambas para as famílias reassentadas, mas não foram compensados até à data. Esses são os principais grupos que têm reivindicado seus direitos nos portões da empresa.

A Justiça Ambiental diz: "O processo de reassentamento tem sido caracterizado por um grande número de irregularidades, o que causou o descontentamento que culminou nestas manifestações."

As comunidades afirmam que suas preocupações estão relacionadas a:

- Recusa de pagamento de indemnizações pelos acordos assinados entre o projecto e cerca de 445 agregados familiares, relativos à ocupação de terrenos destinados às famílias reassentadas em Quitunda. Estes acordos foram assinados entre Outubro de 2023 e Fevereiro de 2024. De acordo com a cláusula 4.5 (a) destes acordos, as famílias afectadas são obrigadas a ceder as suas terras e todos os bens nelas existentes a favor do projecto no prazo de 30 dias após a assinatura destes acordos.
- Recusa de assinar acordos para o pagamento de indemnizações pelas terras que o projecto mapeou e levantou, pertencentes a 158 agregados familiares nas mesmas duas comunidades. O mapeamento foi realizado entre Outubro de 2023 e Março de 2024 pela empresa.

As comunidades de Macala e Mangala fizeram várias reclamações ao projecto sobre estas questões. Em **Agosto de 2024**, os representantes da TotalEnergies na área de reassentamento reuniram-se com as famílias afectadas e informaram-nas de que o projecto não lhes pagaria qualquer compensação. Esta decisão foi tomada sem respeito ou consulta das comunidades, e a empresa não apresentou uma razão para a decisão.

Este pronunciamento não só criou um clima de incerteza e desespero entre os membros destas duas comunidades, como também causou grandes frustrações.

É regra estabelecida pelo projecto em todas as comunidades afectadas que as famílias afectadas suspendam imediatamente qualquer actividade relacionada com a produção agrícola ou a manutenção dos campos afectados. Esta regra visa combater o oportunismo, por um lado, e garantir que o projecto compensa as propriedades afectadas no momento do mapeamento. Esta regra também tem sido cumprida pelas famílias afectadas.

Nas comunidades de Macala e Mangala, 445 famílias assinaram acordos de compensação e 158 famílias afectadas ainda não o fizeram. Todas as 603 famílias afectadas pelo projecto foram proibidas de utilizar as suas terras a partir de Outubro de 2023. Trata-se de terras que o projecto já utilizou - fazendo estradas no meio do que costumavam ser importantes campos agrícolas. Os manifestantes explicam que as frustrações nas suas comunidades também têm muito a ver com o tempo perdido.

Os membros da comunidade dizem que consideram esta situação injusta para eles e ameaçadora para as suas vidas, porque a terra ocupada pelo projecto é a única fonte da sua sobrevivência.



Em **Setembro de 2024**, os membros das comunidades de Macala e Mangala escreveram uma carta ao governo do distrito de Palma apresentando estas preocupações e frustrações. A carta também informava o comando distrital da PRM (polícia) e o administrador distrital sobre a intenção das comunidades de realizar uma manifestação. As manifestações foram adiadas pelo administrador do distrito, que disse estar a discutir as queixas com o governo provincial.



No dia **02 de Novembro de 2024**, os membros das comunidades de Macala e Mangala iniciaram as suas manifestações. Nesse dia, fecharam as estradas que foram construídas através dos seus campos e colocaram cartazes a explicar o seu descontentamento. Isto não teve um impacto negativo no trabalho e no movimento do projecto e dos seus empreiteiros.



Em **8 de Novembro de 2024**, os manifestantes reuniram-se no portão principal que dá acesso ao campo do projecto. Nesse dia, a manifestação forçou o encerramento da entrada e saída do pessoal do projecto e dos seus contratantes. Os membros da comunidade só interromperam o seu protesto após negociações com o Administrador Distrital no local.

A manifestação recomeçou no **dia 11 de Novembro de 2024**, durando o dia inteiro. No final do dia, o administrador disse aos manifestantes que o Governador da Província de Cabo Delgado se

encontraria com eles a **14 de novembro de 2024** para negociações que poderiam dar respostas às exigências das duas comunidades.

Neste momento, **15 de Novembro de 2024**, o governador e o administrador encontram-se no interior do acampamento da TotalEnergies Afungi, e as informações sobre o que ali está a ser discutido só serão conhecidas quando regressarem à população.

Há uma indicação clara de que as comunidades afectadas pelo gás tencionam permanecer nos portões. Agora, aguardamos notícias.

Contact: Kete Mirela Fumo / kete.ja.mz@gmail.com

[...ends]

Antecedentes

O projecto Mozambique LNG, operado pela TotalEnergies, recebeu direitos de terra sobre cerca de 7.000 hectares de terra na Península de Afungi, bem como direitos sobre áreas costeiras, para as suas infra-estruturas e operações. O projecto é obrigado a compensar as pessoas afectadas. Apesar de a TotalEnergies ter declarado, em Maio de 2024, que todas as indemnizações tinham sido pagas, é evidente que não é esse o caso. Os testemunhos das pessoas afectadas podem ser consultados [aqui](https://stopmozgas.org/from-the-ground/video-testimonies/) [https://stopmozgas.org/from-the-ground/video-testimonies/].

Há queixas registadas em todas as comunidades afectadas pelo projecto relativamente à falta de habitação, machambas (terrenos agrícolas) e pagamentos parciais ou inexistentes de compensações. Nas comunidades de Quitunda, Senga, Mangala, Macala, Maganja e Palma-sede há pessoas que ainda não receberam indemnizações ou que já receberam parte das indemnizações, e outras que ainda não assinaram acordos. Estão a surgir evidências de ainda mais violações dos direitos das populações relacionadas com as actividades do projecto.

Justiça Ambiental! (JA!) / Amigos da Terra Moçambique: JA! é uma organização da sociedade civil em Moçambique que apoia a justiça ambiental a nível comunitário, nacional e internacional. JA! vê o ambiente como um conceito holístico e, portanto, a justiça ambiental como o acto de usar o ambiente como um veículo para garantir a equidade e a igualdade em toda a sociedade. Em apoio ao desenvolvimento sustentável, consideram o conceito de igualdade em grande escala e, como tal, valorizam os direitos das gerações futuras a um ambiente saudável e seguro, na mesma medida em que esse direito é valorizado pela humanidade. A JA! recebeu o Silver Rose Just Transition Award 2023 pela sua luta por uma transição justa e contra os projectos de combustíveis fósseis e a apropriação de terras em Moçambique. Em 2024, a directora da JA!, Anabela Lemos, será homenageada com o Right Livelihoods Award. Justiça Ambiental! (JA!) é a palavra portuguesa para Justiça Ambiental! e 'JA' significa 'agora' em português.